

**Conselho Regulador da
Entidade Reguladora para a Comunicação Social**



**Deliberação
66/LIC-R/2008**

ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Renovação de licença para o exercício da actividade de
radiodifusão sonora de que é titular Radiodifusão, Publicidade e
Espectáculos, Lda.**

Lisboa

17 de Dezembro de 2008

Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Deliberação 66/LIC-R/2008

Assunto: Renovação de licença para o exercício da actividade de radiodifusão sonora de que é titular Radiodifusão, Publicidade e Espectáculos, Lda.

I. Pedido

1. Em 24 de Setembro de 2008, e ao abrigo do disposto no artigo 17º, n.º 1, da Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro (doravante, Lei da Rádio), deu entrada na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) o pedido de renovação de licença para o exercício de radiodifusão sonora apresentado pela Radiodifusão, Publicidade e Espectáculos, Lda.
2. A Radiodifusão, Publicidade e Espectáculos, Lda., é titular da licença para o exercício da actividade de radiodifusão para cobertura local desde 30 de Março de 1989, estando a emitir com a denominação “Rádio Clube de Matosinhos”, frequência 91.0 MHz, no concelho de Matosinhos.

II. Da instrução e análise do processo

3. A Requerente fez acompanhar o pedido em apreço dos seguintes documentos:
 - a) Requerimento para renovação do alvará para o exercício da actividade de radiodifusão;
 - b) Cópia da licença radioelétrica para o serviço de radiodifusão sonora passada pela ANACOM – Instituto das Comunicações de Portugal;
 - c) Cópia do respectivo pacto social;
 - d) Certidão da Conservatória do Registo Comercial;

- e) Declaração da entidade requerente de que não detém participação em mais de cinco operadores de radiodifusão;
 - f) Declarações individualizadas dos sócios de cumprimento do disposto no artigo 7º, n.º 3 e 4, da Lei da Rádio;
 - g) Linhas gerais de programação, mapa de programas a emitir e respectivos horários;
 - h) Estatuto editorial;
 - i) Memória descritiva da actividade desenvolvida nos últimos dois anos;
 - j) Documento comprovativo da situação contributiva regularizada perante a segurança social;
 - k) Documento comprovativo da situação tributária regularizada, emitido pelos serviços de finanças;
 - l) Último relatório de contas.
4. No que se refere aos documentos indicados nas alíneas a) a d) verificou-se que os mesmos estão em conformidade com os normativos legais correspondentes, destacando-se o facto de o operador obedecer ao princípio da especialidade, em conformidade com o artigo 3º, n.º 1 da Lei da Rádio.
5. O operador e os sócios João da Rocha Oliveira e Silva, Florência Martins da Cunha Vieira, Armando Coelho dos Santos, José Maria Videira, Maria Manuela Sá Gomes Romariz Madureira remeteram declarações de cumprimento do disposto no artigo 7º, n.º 3 e 4, da Lei da Rádio, concluindo-se pela inexistência de participações em outros operadores.
6. Contudo, verificou-se que os sócios Esmeralda Odete Figueiredo Mendes Soares, Eduardo Rodrigues Serrano, Maria Manuela Figueirinhas Campo Monteiro Serrano, Manuel Fernando Figueiredo Pinto Soares, João Manuel Figueiredo Pinto Soares e Maria do Céu Silva Fernandes não remeteram declarações acima de cumprimento do artigo 7º, n.º 3 e 4, da Lei da Rádio.

7. Contactado o operador, a fim de proceder ao envio das declarações em falta, o mesmo informou que os três primeiros sócios tinham falecido, desconhecendo-se os seus herdeiros.

Esclareceu ainda que ignorava o paradeiro dos sócios Manuel Fernando Figueiredo Pinto Soares, João Manuel Figueiredo Pinto Soares e Maria do Céu Silva Fernandes, “sendo a correspondência registada com aviso de recepção sistematicamente devolvida”.

8. Atenta a justificação apresentada, bem como o facto de os sócios em causa terem uma participação minoritária no capital social do operador, entendeu esta Entidade apreciar apenas as declarações que foram remetidas.

9. Assim, e atentas as declarações do operador e das pessoas singulares, detentoras da maioria do capital social, que integram a requerente, de cumprimento do disposto no artigo 7º, n.º 3 e 4, da Lei da Rádio, concluiu-se pela inexistência de participações em outros operadores.

10. O estatuto editorial do serviço de programas denominado “Rádio Clube de Matosinhos”, apresenta-se em conformidade com o disposto no artigo 38º, da Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro, dele constando os compromissos impostos pelo normativo.

11. No que concerne às linhas gerais de programação é apresentada uma emissão diversificada, composta por rubricas musicais, programas de informação, passatempos, entrevistas, informação desportiva; são ainda anunciados 11 serviços noticiosos próprios e cinco em simultâneo com a Rádio Comercial.

12. Segundo a memória descritiva da actividade desenvolvida nos últimos dois anos, a “Rádio Clube de Matosinhos” tem difundido uma programação generalista, que procura ir ao encontro dos gostos e interesses da população a que se reporta.

13. Da análise dos documentos remetidos e da informação recolhida é possível inferir que a actividade é desenvolvida e explorada pela entidade titular da licença, a qual disponibiliza um serviço de programas destinado especificamente à população local.

À luz das peças constantes do processo constata-se que as condições e termos do projecto aprovado foram respeitados, sendo assegurado um mínimo de oito horas de programação própria e cumpridas as exigências legais quanto ao número mínimo de serviços noticiosos.

O operador e pessoas singulares que o integram não detêm participações proibidas em mais de uma empresa licenciada para o exercício da actividade, não tendo ocorrido alterações não autorizadas ao controlo da empresa.

III. Deliberação

Nestes termos, analisando o processo relativo ao pedido de renovação de licença em causa e encontrando-se satisfeitas, à luz das peças dele constantes, as normas legais atinentes, o Conselho Regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social delibera, ao abrigo do disposto no artigo 24º, n.º 3, alínea e), dos Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, e artigo 17º, n.º 1, da Lei da Rádio, renovar, pelo prazo de 10 anos, a licença para o exercício da actividade de radiodifusão sonora de que é titular o operador Radiodifusão, Publicidade e Espectáculos, Lda., para o concelho de Matosinhos, frequência 91.0MHz, com a denominação de “Rádio Clube de Matosinhos”.

Lisboa, 17 de Dezembro de 2008

O Conselho Regulador ,

José Alberto de Azeredo Lopes
Elísio Cabral de Oliveira
Luís Gonçalves da Silva (abstenção)
Maria Estrela Serrano
Rui Assis Ferreira (abstenção)